PROJETO DE LEI Nº , DE 2015.

(Do Sr. Roberto Alves)

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940- Código Penal - para prever como homicídio qualificado aquele praticado contra membros de Conselhos Tutelares, no exercício de sua função ou por causa dela e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Esta Lei acrescenta o inciso VI no art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para prever que o homicídio praticado contra membros de Conselhos Tutelares, no exercício da sua função ou por causa dela, ou praticado contra seus familiares até o 3º grau, por motivo de vingança, seja considerado homicídio qualificado.

“Homicídio simples

Art.121.....
.....

Homicídio qualificado

§2º.....

..... VII –
contra membros de Conselhos Tutelares, no exercício da sua função ou por causa dela. Incorre na mesma pena, quando praticado contra seus familiares até 3º grau, em razão da função.

.....” (NR) CAMARA
DOS DEPUTADOS

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1o I -
homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2o , I, II, III, IV, V, VI e VII);

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei tem o objetivo de proteger a vida daqueles que agem em nome do Estado promovendo a segurança da infância e adolescência, e garantindo a integridade física de crianças e jovens em situação de risco, bem como a vida de seus familiares que ficam expostos à vingança de criminosos.

Acompanhamos estarecidos nos noticiários a execução sumária de conselheiros tutelares. No estado de Pernambuco, por exemplo, em recente chacina três conselheiros tutelares do município de Poção foram covardemente assassinados.

Ameaças, espancamentos e assassinatos. Como mostrou reportagem do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, em 03 de maio, as pessoas escolhidas pela comunidade para proteger as crianças vivem uma rotina de terror.

O Conselheiro tutelar é um guardião dos direitos da infância e adolescência. Tem o dever de aconselhar os pais, ouvir reclamações, apurar denúncias de abuso e maus tratos, e avisar a justiça caso uma criança esteja em perigo.

Este projeto que torna crime hediondo os crimes contra conselheiros tutelares e suas famílias, pelo exercício da função é uma forma desta Casa de Leis combater a violência na forma da lei.

Conto com o apoio irrestrito de todos os nobres Pares em favor da infância e adolescência no Brasil, defendida com a vida por estes ilustres brasileiros, os conselheiros tutelares.

Roberto Alves
(PRB-SP)